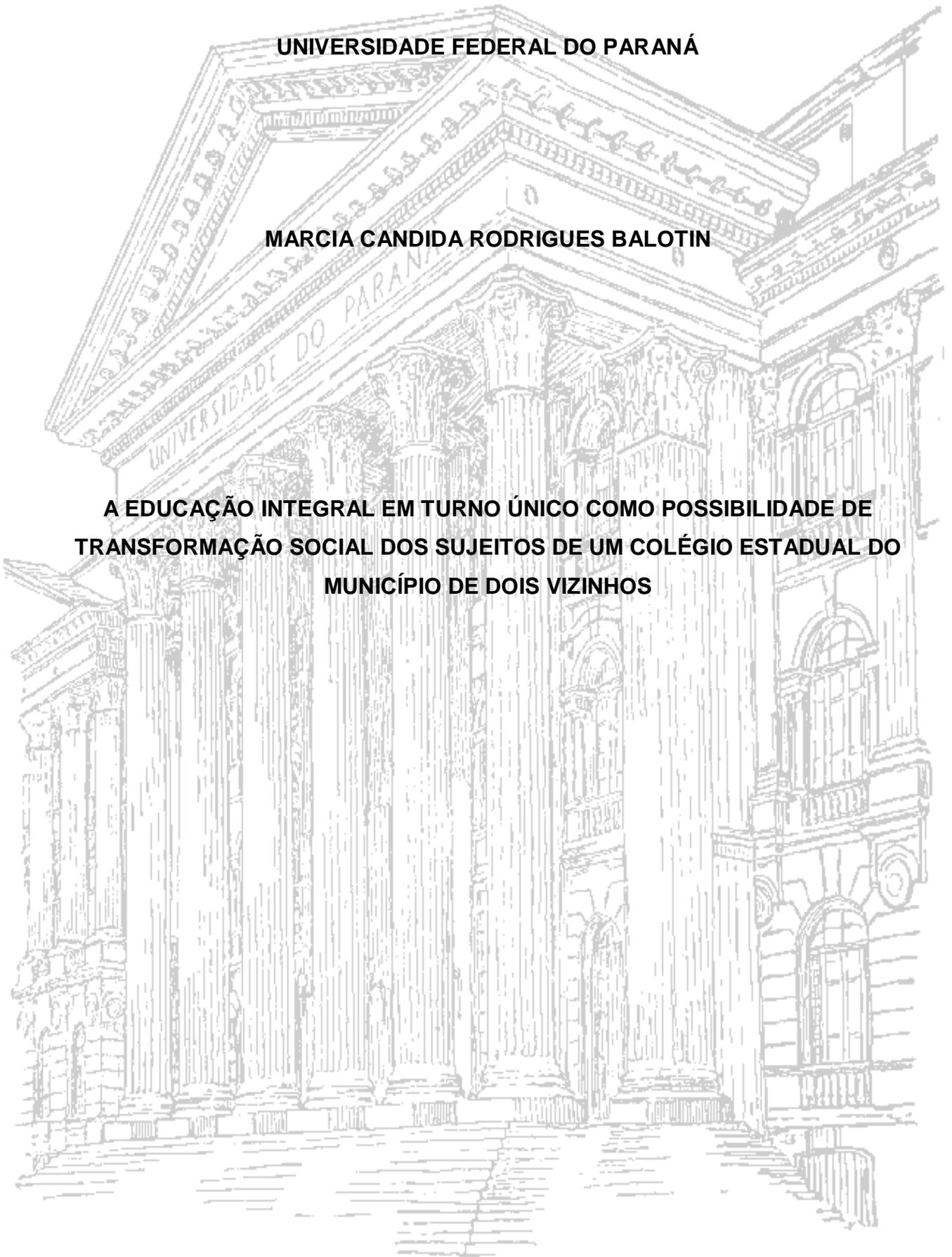


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCIA CANDIDA RODRIGUES BALOTIN

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TURNO ÚNICO COMO POSSIBILIDADE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS DE UM COLÉGIO ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**



MARCIA CANDIDA RODRIGUES BALOTIN

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TURNO ÚNICO COMO POSSIBILIDADE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS DE UM COLÉGIO ESTADUAL DO
MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**

Artigo Científico apresentado como requisito para a conclusão do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Núcleo de Educação a Distância, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Professora Orientadora: Ms. Jocilene Gordiano Lima Tomaz Pereira

DOIS VIZINHOS

2016

A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TURNO ÚNICO COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS DE UM COLÉGIO ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Marcia Candida Rodrigues Balotin¹

RESUMO

De acordo com o Censo Escolar de 2013, cerca de 45% do total de alunos matriculados nas escolas públicas de Educação Básica no Brasil são participantes do Programa Bolsa Família, sendo que na instituição de ensino da rede estadual do município de Dois Vizinhos, cujo ambiente escolar serviu de campo de estudo deste artigo, esse número se eleva para aproximadamente 47% dos alunos que o colégio atende, ou seja, uma grande quantidade dos alunos, local e nacionalmente, chegam à escola com experiências de pobreza e extrema pobreza. Ciente da importância de um processo educacional comprometido com ganhos sociais relevantes, muitas vezes a escola não consegue cumprir suas funções para com a sociedade, incluindo a socialização dos alunos e o desenvolvimento de seus potenciais, garantindo um ensino de qualidade e emancipatório. O horário escolar convencional, às vezes, não consegue atender todas as funções designadas à escola. Nesse contexto, faz-se necessário a análise da importância e pertinência da implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único no colégio utilizado como campo de estudo desse artigo, fazendo um paralelo entre o referencial teórico a respeito do histórico da Educação Integral, o contexto social dos sujeitos atendidos pelo colégio e a relevância desta proposta para a construção social e política desses educandos. Para pautar o referido trabalho, é utilizada a abordagem qualitativa dos dados levantados através do método da observação e pesquisa *in loco*, juntamente com dados obtidos a partir da revisão da literatura sobre o tema. A Educação em Tempo Integral em Turno Único propõe um aprofundamento e maior abrangência na execução da proposta escolar, dando maiores oportunidades aos alunos para adquirirem conhecimentos e vivências transformadoras de sua realidade. Também, a nova proposta de ensino retira os alunos de situações de risco, enquanto os mantém no ambiente escolar. Esse maior tempo que o aluno fica em ambiente escolar é espaço para concretizar as funções da escola, desde que esse período seja aproveitado com práticas educacionais relevantes, envolvendo planejamento e ação conjunta de docentes e gestores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Tempo Integral em Turno Único; Pobreza; Desigualdade e Transformação Social.

¹ Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e aluna do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Núcleo de Educação a Distância, da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora Pedagoga da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. E-mail: marciabalotin@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A história da educação escolar no Brasil teve início com os Jesuítas na época da colonização, desde então a sociedade brasileira tem experimentado formas diferentes de educação, segundo relevâncias políticas e econômicas de cada período. Atualmente, a educação brasileira tem sofrido alterações significativas, com o maciço ingresso na escola da população em idade escolar, originando um movimento de acesso das classes menos favorecidas aos bancos escolares brasileiros.

De acordo com o Censo Escolar de 2013², mais de 45% do total de alunos matriculados nas escolas públicas de Educação Básica no Brasil são participantes do Programa Bolsa Família - PBF, ou seja, dezessete milhões de estudantes entre crianças e jovens chegam às escolas com experiências de pobreza e extrema pobreza.

Na instituição de ensino da rede estadual do município de Dois Vizinhos, cujo ambiente escolar serviu de campo de estudo deste artigo, o número de alunos beneficiários do referido programa perfaz aproximadamente 47% do alunado que o colégio atende.

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do ano de 2012, indica-se que há uma tendência do aumento da renda conforme aumentam os anos de estudo. Contudo, nem sempre um aumento de escolaridade significa, a priori, uma melhora expressiva na condição econômica e na redução da desigualdade, apesar da educação cumprir um papel importante, uma série de outros fatores socioeconômicos influencia a mobilidade social.

Conforme estudos na área, os alunos de famílias de baixa renda trazem consigo uma realidade marcada pela difícil sobrevivência, e muitas vezes a carência material se vincula a uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos e até mesmo dificuldades para o estudo formal e a aprendizagem.

Nesse contexto, necessita-se o entendimento da relevância do papel da educação escolar para as camadas populares para a busca de práticas que possibilitem

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2013 – Resumo técnico.

a superação de condições excludentes desses sujeitos, visto que para muitos desses a escola se apresenta como uma das poucas alternativas factíveis para aquisição de conhecimentos que possibilitem a mudança do *status quo*.

A Educação em Tempo Integral em Turno Único, proposta desenvolvida para a rede pública do estado do Paraná, é uma possibilidade para atividades escolares que favoreçam aprendizagens significativas e que quando sistematizadas em um único turno, promovam transformação social para regiões onde os alunos convivem em ambiente de vulnerabilidade social.

Dessa forma, e ciente da importância de um processo educacional comprometido com ganhos sociais relevantes, pretende-se analisar a importância e pertinência da implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único no colégio utilizado como campo de estudo desse artigo, perfazendo um paralelo entre o referencial teórico a respeito do histórico da Educação Integral, o contexto social dos sujeitos atendidos pelo colégio e a relevância desta proposta para a construção social e política desses educandos.

O interesse por essa temática justifica-se pelos dados levantados através do método da observação e pesquisa *in loco*, quando se constatou a necessidade do reconhecimento, acolhimento e valorização da diversidade social presente no colégio citado, considerando a centralidade do sujeito na organização escolar e reconhecendo a escola como espaço de transformação social.

Complementarmente a justificava anterior, há as experiências próprias da autora, a qual acompanhou a evolução do bairro no qual reside a maior parte dos alunos integrantes do PBF que estudam no referido colégio e possui residência nas proximidades do mesmo.

O bairro citado se originou onde antigamente se localizava um local de corridas de cavalos e não possuía infraestrutura residencial. Nessa condição, na década de 90, famílias que ocupavam áreas de risco foram transferidas para este local, assim estabelecendo o bairro supracitado, e atualmente, estes, na sua maioria trabalham no setor de avicultura (carregamento de frangos) e de reciclagem (coleta e revenda de materiais reciclados).

A presente pesquisa poderá colaborar com uma compreensão da realidade do colégio e das interfaces da Educação em Tempo Integral em Turno Único provocando reflexões por parte do coletivo escolar sobre o tema pesquisado e servir de subsídio para encaminhamento às autoridades competentes do aludido projeto, visto que este trabalho pretende ser realizado em duas fases: a primeira objetiva a construção do artigo e a segunda a apresentação deste para a comunidade escolar do colégio e encaminhamento para os órgãos responsáveis.

2 EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral tem como objetivo possibilitar que o estudante participe de atividades benéficas ao seu desenvolvimento físico e cognitivo, para que assim a escola possa se constituir como espaço alternativo de emancipação social a partir de uma mudança de parâmetros e aprendizados.

A Educação Integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética e estética. Como processo pedagógico, a educação integral prevê práticas não dicotomizadas, que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, valorizando os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças, fazendo de todos nós sujeitos históricos e sociais. (MEC, 2009).

Essa proposta de ensino visa ofertar serviço público voltado à atenção integral e à proteção social dos alunos, o que pressupõe políticas de ações transversais que considerem, além da educação, outras demandas do sujeito, como desenvolvimento social, saúde, esporte, inclusão digital e cultura. (MEC, 2009).

A ampliação do tempo escolar não pode ficar limitada a divisão em turnos, pois isso implica na divisão de um tempo de escolarização, sendo permeado com todos os conceitos pedagógicos, em contraposição a um tempo sem compromissos educativos, mais voltado à ocupação do que à educação em si. (MEC, 2009).

A implementação da Educação Integral tem como objetivo a superação de grande parte dos modelos educativos vigentes, e tem como proposta o desafio de abranger conteúdos relacionados à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, ao respeito, à valorização das diferenças e à complexidade das relações escola/sociedade. (MEC, 2009).

Fundamentalmente, a Educação Integral reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos compartimentados do currículo tradicional e compreende a vida como um grande percurso de aprendizado e reconhece a própria como uma grande, permanente e fluída escola.

Dentro da proposta da Educação Integral, a Educação em Tempo Integral em Turno Único (ETI) é um programa desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED, que visa a implantação da Educação Integral nas escolas do Paraná. A ETI prevê turno único de 7 horas por dia - turno único, pois prevê propostas pedagógicas para todo o tempo escolar, possui grade unificada, suportando a interdisciplinaridade entre matérias, diferentemente de uma grade turno/contraturno, onde as matérias curriculares são oferecidas no turno e no contraturno é o espaço para atividades recreativas, disciplinares e culturais. (MORELLO, 2013).

A Educação em Tempo Integral em Turno Único é uma proposta integrada e integradora. Integrada, pois necessita estar alinhada e prevista no Projeto Político Pedagógico da escola e integradora porque a proposta abrange o coletivo, prevendo um ensino que dê suporte à superação de dificuldades e na ampliação das condições de aprendizagem. (MORELLO, 2013).

Nesse sentido, intenciona-se neste artigo analisar a Educação em Tempo Integral em Turno Único como uma possibilidade de transformação social para os alunos que frequentam o colégio supracitado, com uma proposta de matriz curricular conectada, contemplando as dimensões cognitivas, afetiva, moral, esportiva, psicológica, social e cultural.

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

As experiências em Educação Integral tiveram início no século XX por Anísio Teixeira na denominada Escola Parque (levou este nome devido ao conjunto de

edifícios construídos para as atividades desenvolvidas na escola), inaugurada em 1950, na cidade de Salvador-BA, com o nome de Centro Carneiro Ribeiro. Nesta escola o currículo era formado pelos conteúdos disciplinares pela manhã e atividades extracurriculares à tarde, nas áreas recreativas, esportivas, sociais e culturais.

As turmas eram organizadas considerando essencialmente os anos de escolaridade e a idade cronológica, e as atividades eram vinculadas ao cuidado com a higiene, aos esportes e também ao campo do trabalho, tais como as artes industriais, a marcenaria, tecelagem, costura, entre outras, com destaque às artes plásticas e cênicas. Os conteúdos eram trabalhados de forma integrada, perpassando os projetos pedagógicos e atividades desenvolvidas, também se considerava os estudos individuais ou em grupos, bem como atividades sócio-educativas e de convivência social.

Mais tarde, na década de 80, o antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro, utiliza proposta semelhante nos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPS, no município do Rio de Janeiro, cujo objetivo era proporcionar uma carga horária diária de nove horas (8 às 17 horas) aos estudantes, incluindo três refeições diárias, acompanhamento médico e odontológico. Os CIEPS inovaram no conteúdo curricular, nos estudos dirigidos e ainda serviram de moradia aos alunos em circunstância de rua.

Na rede estadual de ensino do Paraná as práticas em Educação Integral tiveram seu início em 2009, no Colégio Estadual Manoel Ribas, no município de Curitiba, por conta de uma ação apresentada pelo Ministério Público para enfrentamento da situação de vulnerabilidade social e violência que os adolescentes e jovens estavam expostos, passando assim o colégio a ofertar em seu currículo, no ano seguinte, além das disciplinas da Base Nacional Comum também atividades complementares curriculares, em contraturno, oferecendo uma carga diária de 07 horas para os educandos.

Após esta experiência a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED começa estudos e discussões para a elaboração de proposta curricular para uma Educação Integral, sendo que em 2012 após os estudos efetuados é publicado o documento intitulado: Orientações para Implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único.

No estado do Paraná, atualmente, são 29 escolas que ofertam Educação em Tempo Integral em Turno Único e encontram no referido documento as orientações

necessárias para a implantação da proposta. O documento é composto por dois volumes, sendo que o primeiro traz as relações entre a Educação em Tempo Integral, a aprendizagem e a organização curricular, apresentando a situação da educação integral no Brasil. O segundo contempla as ementas e propostas pedagógicas das disciplinas da parte diversificada e dos componentes curriculares dessa oferta.

Destaca-se que as orientações descritas no referido documento trazem sugestões de organização de conteúdo. Dessa forma, as Instituições de Ensino devem a partir da consulta ao documento organizar sua Proposta Pedagógica Curricular considerando a interdisciplinaridade (cooperação de várias disciplinas); a integração curricular entre as disciplinas da Base Nacional Comum, onde consta obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática; o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Art. 26, § 1º) e da parte diversificada, onde podem ser incluídas disciplinas conforme as características locais e regionais e de livre escolha das escolas e dos sistemas de ensino, sempre de acordo com a sua realidade e as possibilidades de execução.

No documento as disciplinas tradicionais do 6º ao 9º ano, estão vinculadas às disciplinas diversificadas e traz exemplos como: Arte - Educação musical; Ciências – Educação Científica e Cidadania; Educação Física – Vivência Corporal; Língua Portuguesa – Mídia e suas Linguagens; LEM – O Inglês na Literatura e Cinema; Matemática – Matemática Financeira; Sociologia – Mídia e sociedade; Geografia – Espaço Cultural Paranaense; História – Arqueologia e Patrimônio Histórico; Filosofia – Conhecimento e Lógica; Língua; Linguagens e Códigos – Libras.

A parte diversificada também será composta por componentes Curriculares (atividades dirigidas e planejadas e que não se constituem como disciplina) e trazem modelos como esses podem ser trabalhados em cada área: Acompanhamento/Aprofundamento Pedagógico - matemática; Esporte e Lazer – Iniciação ao Desporto; Temas Sociais Contemporâneos – Educação em Direitos Humanos; Cultura, Arte e Educação Patrimonial – Artes Visuais; Comunicação e Uso de Mídias – Tecnologias da Informação e Comunicação.

Não obstante a proposta estadual elaborada pela SEED, a legislação brasileira fornece base à Educação Integral em seus marcos legais, demonstrando a

preocupação com uma política educacional voltada à ampliação de oportunidades de aprendizagem, como se observa no contido na Constituição Federal de 1988, nos artigos 205, 206 e 227 que trazem como dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à criança, adolescente e ao jovem o seu pleno desenvolvimento, preparo para exercer a cidadania, qualificação para o trabalho; proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração ou violência e um ensino de qualidade e com igualdade de condições e permanência na escola. (BRASIL, 1988).

No ano de 1990, a Educação Integral também é objeto de referência no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, promulgado pela Lei nº 9089, nos artigos 53 e 59, que alude ao tema salientando que os entes federativos, União, estados e municípios promoverão parcerias para adequar espaços e recursos visando oferecer atividades inerentes à infância e juventude considerando a gratuidade do ensino, a liberdade de opinião e um ensino emancipatório. (BRASIL, 1990).

Em 1996 após intenso debate e estudos e coadunando com o disposto nas leis citadas anteriormente e principalmente a necessidade de adequação da legislação decorrente da Constituição Federal de 1988, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, sob nº 9394, que menciona a Educação Integral nos artigos 34 e 87 e prevê atividades pedagógicas de maneira que a permanência seja gradual e com qualidade, conforme o disposto:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...] O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.
[...]

Art. 87. § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

A Educação Integral também encontra respaldo no Projeto de Lei nº 8035, do ano de 2010, que pretende aprovar o Plano Nacional de Educação - PNE 2011/2020, e que tem como uma das metas oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica. Para estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de Educação em Tempo Integral, serão tomadas atividades de acompanhamento pedagógico e

interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência do aluno na escola seja igual ou superior a sete horas diárias. (PNE, 2010).

Ademais a legislação referenciada, o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério – FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) apresenta a seguinte consideração sobre a Educação Integral, “Art. 10. disporá sobre a educação básica em tempo integral e sobre os anos iniciais e finais do ensino fundamental”. (Art. 10, § 3º).

A literatura acerca do tema vai ao encontro da legislação brasileira, qual preconiza uma educação escolar de qualidade visando a formação plena do cidadão. Dessa forma se entende que a Educação em Tempo Integral em Turno Único serve como possibilidade de oferta de um ensino que sirva de base para a emancipação humana e a transformação social, privilegiando uma proposta pedagógica com vistas a ampliar oportunidades e valorizar qualitativamente o horário estendido.

Diante da amplitude do significado do termo, entende-se neste artigo o termo transformação social como a importância da compreensão da dinâmica social, propiciando para isso conhecimentos necessários para que o educando tenha condições de expandir sua prática social e política, quer seja na conservação ou transformação da sociedade.

3 METODOLOGIA

Para pautar o referido trabalho utilizar-se-á a abordagem qualitativa, porque se adequa ao propósito deste artigo que visa à compreensão de grupo social, valores, atitudes, significados e o que convém a ser feito, não se reduzindo à operacionalização de variáveis. Essa abordagem foi utilizada inicialmente nos estudos de Sociologia e Antropologia, mas atualmente é aplicada também aos campos da Psicologia e da Educação.

Para conseguir estabelecer concepções da temática da pobreza e educação integral, será utilizado como referência teórica o material do módulo III, Escola: Espaços e tempo de reprodução e resistências da pobreza, do curso Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação e Cultura - MEC e também dos demais módulos do referido curso, assim como as suas referências.

No tocante a pesquisa sobre os documentos norteadores da Educação Integral, será utilizada publicações do ano de 2013 no XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE; pesquisa pela internet de materiais disponíveis no site do MEC; a Lei de Diretrizes e Bases – LDB; as Diretrizes Curriculares Estaduais; as Orientações para Implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único e demais documentos organizadores da Educação Integral.

3.1 CAMPO DE ESTUDO

A instituição analisada é um colégio estadual que oferta os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, qual começou a funcionar no ano de 1982 e possui aproximadamente 365 alunos matriculados que frequentam os turnos matutino, vespertino e noturno, estando inserida em local onde não há outras instituições de educação próximas.

O orçamento do colégio resulta do Fundo Rotativo, Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Programa Mais Educação, Programa Ensino Médio Inovador - Proemi, Atleta na Escola, Escola Acessível, além de contar com promoções organizadas pela Associação de Pais, Professores e Funcionários – APMF, que objetivam complementar o orçamento e realizar investimentos necessários ao bom andamento das atividades escolares.

O colégio é organizado na forma de trimestre e oferece ampliação de jornada em contra turno nas áreas de música, esporte, dança e idiomas; há também uma parcela de alunos que frequentam entidades socioeducativas. Não obstante a oferta de projetos observa-se que muitos educandos ficam em casa no período contrário aos estudos e auxiliam na limpeza da casa e no cuidado aos irmãos menores.

O calendário escolar do colégio não possui histórico de eventos/passeios realizados durante o ano letivo como prática educativa e se adequa a propostas que surgem e as quais o colégio adere dentro das possibilidades de transporte, principalmente.

O colégio se situa no bairro mais antigo e populoso do município e atende prioritariamente alunos de dois bairros que se localizam próximo ao colégio, o que possibilita aos mesmos irem a pé para estudar, mas também há alunos que moram em bairros mais distantes e até mesmo na área rural, os quais utilizam transporte escolar para o deslocamento até o colégio.

No que tange ao espaço físico, o colégio é amplo e ocupa uma quadra inteira, as salas de aula contam com ar-condicionado, possui laboratórios de informática e biologia/química e a quadra de esporte é coberta. Contudo, ao analisar o prédio escolar como um todo, verifica-se que há muitos lugares que poderiam ser melhorados e usados como sala-ambiente e/ou espaços de convivência.

Ademais o prédio escolar e o terreno serem estaduais, o mesmo funciona em dualidade com o município, que oferta ensino fundamental anos iniciais nos períodos matutino e vespertino. Devido a esta peculiaridade os horários de lanche ou de educação física necessitam ser combinados entre as direções dos mesmos para otimizar o espaço.

Conforme os dados levantados através de pesquisa *in loco*, o colégio disponibiliza aos alunos atividades esportivas e culturais em contra turno na forma de ampliação de jornada, distribuídas em duas vezes por semana e duração de até duas horas diárias, totalizando uma carga horária semanal de quatro horas.

Referente à família dos educandos, a maioria dos pais trabalham fora, principalmente em indústria alimentícia e de confecções, em trabalhos informais como reciclagem, construção civil e há um número elevado de alunos que moram com avós, tios e outros familiares e outros que além de estudar, trabalham para auxiliar no sustento da casa.

A maioria dos professores moram em bairros distantes do colégio e alguns em outros municípios, sendo assim a relação com a comunidade se dá especialmente no âmbito pedagógico. Contudo, no que se refere aos agentes educacionais que trabalham no colégio, vários moram nos arredores do mesmo.

No cotidiano do colégio a equipe pedagógica relata inúmeros atendimentos aos alunos, que vão desde problemas de indisciplina, falta de uniforme e material escolar, dificuldades de aprendizagem e também vários conflitos, alguns entre os próprios

alunos e desses com sujeitos de fora da escola, não raro se registra brigas no entorno do colégio, algumas necessitando de interferência de adultos ou até mesmo da segurança pública.

3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O colégio faz parte de uma comunidade que enfrenta situações de vulnerabilidade no seu dia a dia e, assim, questiona-se qual é o papel da educação e do ensino formal na ajuda ao rompimento do ciclo da pobreza.

A educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade e é essa interação o elemento essencial para a transformação social: as funções da escola se alteram e se moldam de acordo com as necessidades da sociedade.

Garantir a educação para crianças e jovens e, no geral, à família é essencial para ajudar a superar condições de exclusão, pois onde há baixa escolaridade dos pais, o acesso das crianças ao conhecimento e entendimento da sociedade, e de forma específica de seus direitos e deveres, fica comprometido. A Educação em Tempo Integral em Turno Único não responde sozinha ao problema, mas ajuda já que ela não é apenas uma matrícula, mas sim um processo de formação e construção de cidadania.

A quebra do ciclo da pobreza passa por outro ponto importante que é o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo. A partir do momento em que a pessoa tem condições de desenvolver todas suas potencialidades, há maior probabilidade de se conseguir um trabalho digno e agir positivamente na realidade em que vive.

A escola, ao longo das décadas, vem acumulando várias funções, incluindo a socialização dos alunos e o desenvolvimento de seus potenciais, garantindo um ensino de qualidade e emancipatório. Como afirma Siva (2000, p. 1): “a escola pública convencional, de tempo parcial, não consegue atender as necessidades e os interesses das classes para as quais ela se dirige”; ou seja, o horário escolar convencional, por vezes, não consegue atender todas as funções pertinentes à escola. Esse fato se torna mais grave na medida em que o nível cultural da comunidade diminui e, também, onde a escola é um dos únicos meios de aquisição de conhecimento formal. A Educação em

Tempo Integral em Turno Único propõe um aprofundamento e maior abrangência na execução da proposta escolar.

Outro ponto a se considerar nesse contexto é a retirada de alunos das situações de risco, enquanto os mantém no ambiente escolar. O fato da Educação em Tempo Integral em Turno Único abranger dois turnos faz com que essa modalidade de ensino ampare e dê suporte à permanência dos alunos em ambiente escolar.

A Educação em Tempo Integral em Turno Único é uma opção interessante para a adequação das ações da escola com a necessidade da comunidade, porém a escola precisa estar comprometida em fornecer um ensino de qualidade, pois só o aumento do horário escolar não resulta em ganhos, é necessário um plano de ação efetivo que torne o ambiente escolar num espaço de educação e desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto se faz necessário discutir o modo como os docentes e gestores percebem a relação entre a educação e a pobreza e como o currículo e as práticas educacionais consideram esse contexto.

Consideramos que para romper o círculo vicioso da pobreza de uma família, a educação escolar é imprescindível, o professor não pode se isentar de suas responsabilidades profissionais, uma vez que é através da escola que se legitima o conhecimento formal, científico e padronizado. Toda oportunidade deve ser valorizada para oferecer a esses educandos aprendizagens significativas. Porém, a pobreza e sua responsabilização não podem ser vista apenas pelo viés educacional, é necessário considerar toda a sua complexidade como questão social, política e econômica.

Como citado nos materiais de pesquisa, os pobres, exatamente pela sua condição, têm dificuldade de ter voz, de formular, organizar e expressar suas necessidades, geralmente, não sendo ouvidos, sequer respeitados. E sem essa possibilidade, não é possível interferir na marcha do mundo.

As situações se apresentam nas formas de tratamento destinadas a este público, nas falas ásperas, no desdém, nas informações fragmentadas e dúbias e muitas vezes fornecida com linguagem técnica.

Mediante o quadro apresentado, é mister que o colégio crie oportunidades de estreitamento da relação com a comunidade, fator importante na busca pelo sucesso do processo de ensino-aprendizagem e que estabeleça um currículo de Educação em Tempo Integral em Turno Único como configurador da prática-produto de ampla discussão entre os sujeitos da escola, fundamentado nas teorias críticas, como organizador disciplinar e que ofereça a formação necessária com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo.

REFERÊNCIAS

_____. Educação integral: texto referência para o debate nacional. Brasília, DF: MEC, Secad, 2009. **Organização de Jaqueline Moll (Série Mais educação)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em: 01/07/2016.

_____. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 de dezembro, 1996.

BRASIL, MEC. **Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública**. 2009.

BRASIL, MEC. **SECADI, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em 04 de abril de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicados do IPEA: um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad**. Brasília, n. 160, out. 2013. Tabela 1. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf. Acesso em: 5 de março de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 19 mar. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **EDUCAÇÃO INTEGRAL – Texto referência para o debate nacional**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em: 01/07/2016.

MORELLO, A C C. **Educação Em Tempo Integral Em Turno Único No Paraná: Concepção E Organização Do Tempo Ampliado**. In: XI Congresso de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/anais/p157/trabalhos.html>. Acesso em: 01/07/2016.

MORELLO, A C C; Arias, V. **O currículo disciplinar na educação integral e em tempo integral: a proposta da educação de tempo integral em turno único na rede estadual de educação do Paraná**. In: X Anped Sul, Florianópolis, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1177-0.pdf. Acesso em: 05/07/2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Arte**. Curitiba, 2009.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para Implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único**. Curitiba: Seed, 2012.

SILVA, Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro. **A PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA – CIEP**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1302p.PDF>. Acesso em: 05/10/2016.